

A baixa remuneração dos professores: algumas repercussões no cotidiano da sala de aula

The low salary of teachers: some repercussions in the daily
experience of the classroom

Gisela do Carmo LOURENCETTI¹

Resumo

Esta pesquisa investiga as repercussões da baixa remuneração dos docentes no cotidiano da sala de aula. Foram realizadas entrevistas intensivas com dez professores que atuam em escolas estaduais paulistas. A análise dos dados, baseada na abordagem qualitativa de pesquisa, indica que, por darem muitas aulas semanais, falta tempo para os professores estudarem e se atualizarem. Isto compromete o planejamento e a organização do trabalho; causa sofrimento e os leva a vivenciarem processos de precarização e intensificação no seu cotidiano. Tal situação impossibilita o maior investimento na profissão. Verifica-se assim, um acirramento na crise da profissão docente devido à baixa remuneração.

Palavras-chave: Trabalho Docente. Salário e Precarização do Trabalho.

Abstract

This research investigates the impact of low pay of teachers in the daily experience of the classroom. Intensive interviews were performed with ten experienced and committed teachers who work in schools in the state of São Paulo. The data analysis based on the qualitative research indicates that the teachers haven't time to study and update because they give many classes weekly. This compromises the planning and organization of work; causes suffering; leads them to experience the process of precarious and intensification in their daily. This situation prevent largest investment in profession. There is therefore a worsening crisis in the teaching profession due to low salaries.

Keywords: Teaching Profession. Salary and Precarization of Work.

1 Doutora em Educação Escolar pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar (UNESP/Araraquara). Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós Graduação em Educação (Mestrado) do Centro Universitário Moura Lacerda, Ribeirão Preto/SP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa *Trabalho Docente, suas relações com o universo escolar e a sociedade* – UNESP/Araraquara/SP- e do Grupo de Pesquisa *Currículo, história e poder* - Centro Universitário Moura Lacerda – Ribeirão Preto/SP- Linha de Pesquisa que coordena: Políticas educacionais e trabalho docente. Endereço institucional: Rua Padre Euclides 995 – Campos Elíseos - Ribeirão Preto – São Paulo. CEP 14.085-420. E-mail: <glourencetti@ig.com.br>.

Introdução

Ao analisar o trabalho docente hoje percebemos que, para compreendê-lo melhor, é necessário entender as muitas mudanças que ocorreram no contexto social, político e econômico nas últimas décadas e impactaram a escola e o trabalho docente.

Se voltarmos a um passado recente, há uns 50 ou 60 anos, e o compararmos com o momento atual, perceberemos que muitas mudanças ocorreram e interferiram decisivamente na sociedade brasileira, repercutindo na vida dos professores e das escolas. As mudanças também atingiram as famílias e as instituições sociais. No passado a função de socialização, transmissão de valores morais, hábitos e atitudes era claramente um papel da família. Mas o esgarçamento do tecido social e as novas formas de organização familiar implicaram fragilidades nesse processo. Neste início de século, a quem cabe a tarefa de controlar agressividade dos jovens ou ensinar-lhes boas maneiras? Quais instituições assumem a responsabilidade de construir cidadãos éticos e justos?

O Brasil vive o impacto da democratização do ensino básico. A escola pública atende alunos de periferia e de regiões pauperizadas. Se no passado a escola era destinada a uma pequena elite da sociedade, hoje precisamos da escola para todos. A democratização da escola, mais que uma demanda popular, fez-se necessária pelas próprias mudanças que ocorreram na sociedade moderna. Analisando essa situação Paiva (2003) ressalta que:

[...] A educação fundamental de massas tornou-se uma espécie de patamar mínimo para um realinhamento favorável dos povos no novo quadro internacional [...] Hoje milhões de pessoas compram bilhetes de transportes públicos, obtêm informações as mais variadas, preenchem todo tipo de formulários, utilizam-se de serviços bancários [...] A revolução ocorrida na informação supõe letramento em contínua ascensão, muitos conhecimentos específicos e uma educação geral que possibilite não apenas adaptações sucessivas ao longo da vida, mas disposições e atitudes compatíveis com as novas condições da produção, do consumo e da vida moderna. (PAIVA, 2003, p. 425).

E os professores nesse contexto atual também são diferentes do clássico professor do passado: a maioria deles, principalmente os da rede pública, além de trabalhar com alunos de camadas populares, também pertence às camadas populares, vivem em bairros populares, seus familiares pertencem à classe trabalhadora, seu salário é igual ou até menor do que outros profissionais que possuem o mesmo nível de escolarização. Ou seja, os professores hoje não compõem a elite socioeconômica do país (HYPÓLITO, 1999).

Este é um fator que repercute concretamente sobre sua vida profissional, pois a pauperização social atrelada à baixa remuneração prejudica o acesso aos bens culturais – imprescindíveis no trabalho docente e a falta desses bens culturais pode significar comprometimento do trabalho desenvolvido em sala de aula. (GATTI; BARRETTO; ANDRÉ, 2011).

Vários autores são unânimes em afirmar que os professores vivem em seu trabalho um processo de proletarização (CUNHA, 1999; ENGUITA, 1991; HYPÓLITO, 1999; OLIVEIRA, 2003). Enguita foi um dos primeiros autores a demonstrar como esse processo estava ocorrendo, interpretando o professor como um trabalhador que produz mais do que recebe.

Oliveira (2003) afirma que, no fundo, nessa problemática da proletarização e da perda do controle e da autonomia, o professor perde a noção de integridade do processo e passa a apenas executar uma parte do trabalho, afastando-se da concepção global deste. Esta seria uma característica do trabalho docente hoje, que reduz os professores a técnicos executores.

Desta forma, os professores têm apresentado alguns sintomas do Mal Estar Docente tais como o estresse, a sensação de frustração física e emocional (ESTEVE, 1995). Isso se deve às condições precárias de trabalho, ao contexto que cada vez mais faz exigências ao professor e lhe impõe uma sobrecarga de trabalho.

A baixa remuneração recebida pelos professores é, sem dúvida, uma das maiores fontes de descontentamento da categoria. O aparecimento recorrente dos salários dos professores nessas discussões se deve à percepção generalizada de que os professores brasileiros são mal remunerados (BARBOSA, 2011).

De acordo com Alves e Pinto (2011) a remuneração é um aspecto fundamental em qualquer profissão, principalmente na sociedade capitalista. Implícitos na discussão da remuneração docente estão aspectos decisivos para a garantia de uma escola pública de qualidade, tais como: atratividade de bons profissionais para a carreira e de alunos bem preparados para os cursos de licenciatura, valorização social e financeira do professor num contexto de precarização, complexidade e intensificação.

A precarização do trabalho docente é pior entre os professores especialistas – aqueles que atuam nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio porque, em geral, eles ministram aulas em várias escolas e para várias turmas. Esses professores podem ter concomitantemente 400-500 alunos, dependendo da grade curricular². Nos anos iniciais do ensino fundamental, a flexibilidade

2 Por exemplo: se um professor de História quiser dar 30 aulas por semana terá que trabalhar com 15 classes porque História é um componente curricular que tem apenas duas aulas semanais. Supondo que cada classe tenha 35 alunos, esse professor terá então 525 alunos.

do tempo e a permanência de apenas uma professora podem minimizar algumas dificuldades enfrentadas – como a indisciplina, por exemplo. A partir do 6º ano, a rigidez do tempo e a troca de materiais a cada 50 minutos são aspectos que podem criar situações conflituosas e perturbadoras para os professores.

A condição de pauperização salarial obriga a maioria dos professores a trabalhar em mais de uma escola: trabalham em escolas estaduais, nas municipais e ainda nas particulares. Não há um local único e fixo de trabalho. Professores especialistas têm essa rotina porque é muito difícil *pegar todas as aulas* em uma única escola e porque o valor da hora-aula é muito baixo. Isto ocorre porque a jornada de trabalho, aliada à legislação vigente de atribuição de aulas, faz com que mesmo os professores efetivos tenham que conviver com a rotatividade e a itinerância.

Como salienta Pereira (2007),

[...] quando as condições do trabalho docente são muito ruins, torna-se praticamente impossível se conceber a escola como um local de produção de conhecimentos e de saberes. O professor torna-se um mero *dador de aulas*. (PEREIRA, 2007, p. 90, grifo do autor).

Problema central no cotidiano desses professores é também a rotatividade, que implica a troca de escolas e a falta de tempo partilhado para viabilizar projetos coletivos. Frequentemente as escolas não conseguem viabilizar um verdadeiro horário comum de trabalho entre todos os professores que possibilite a construção coletiva de um projeto pedagógico. Assim, horários, atribuição de aulas e situação funcional dos professores não são problemas meramente administrativos, mas questões com implicações didático-pedagógicas decisivas (LOURENCETTI; DIAS-DA-SILVA, 1998).

É comprovado o poder dissuasivo exercido pelos baixos salários sobre os indivíduos mais capacitados, que acabam optando por outras profissões. Segundo reportagem publicada no jornal O Estado de São Paulo em 2009, o vestibular 2010 para a mais tradicional universidade do país - a Universidade de São Paulo (USP), dos 104 cursos oferecidos, 30 (cerca de 28%) tinham menos de cinco candidatos por vaga. (MAZZITELLI, 2009).

Chama a atenção que no ano de 2002, apenas cinco cursos tinham até cinco concorrentes por vaga. A maioria desses 30 cursos é formada pelos cursos de licenciatura em Educação Física, Química, Física, Matemática, Geografia, Letras, Filosofia, Ciências Exatas, Educação Ambiental, Geociências e Pedagogia. De acordo com a reportagem, não há muito interesse pela carreira docente porque os baixos salários, as condições de trabalho não são adequadas e pela pouca atenção que tem sido dada ao magistério.

Numa outra reportagem publicada pelo Jornal Folha de São Paulo em fevereiro de 2012 sobre as mudanças na educação pública paulista, a matéria chama a atenção para o problema da falta de professores na rede estadual. Para resolver tal problema a Secretaria Estadual de Educação contratou temporariamente professores que foram reprovados no concurso público para o magistério paulista (TAKAHASHI, 2012).

Para Nóvoa (1995) o magistério passa por uma crise, e esta arrasta-se há longos anos e não havendo perspectivas de superação em curto prazo. Segundo ele, as consequências dessa situação são desmotivação pessoal, altos índices de absenteísmo e de abandono, insatisfação, indisposição, sentimento generalizado de desconfiança em relação às competências e a qualidade do trabalho dos professores.

Outro tema que gera muita polêmica na análise dessa situação refere-se à jornada docente. É comum encontrarmos o argumento de que os professores ganham menos que outros profissionais porque possuem uma jornada de trabalho menor. Todavia, o que está por trás nessa discussão é a natureza da atividade docente. Afinal, ser professor é apenas dar aulas?

No atual contexto o professor continua a desempenhar o trabalho de preparar as aulas, ensinar, elaborar provas e corrigi-las. Mas o professor de hoje trabalha mais que no passado e, portanto tem uma jornada de trabalho maior. Sobre isso, Boing (2008) coloca que:

[...] a preparação das aulas de hoje envolve, além do levantamento do conteúdo e da escolha de alguma dinâmica para a interação em sala, a pesquisa na internet e a atenção aos fatos e notícias, publicados nos jornais e revistas, que possam ser utilizados para a contextualização em sala ou trabalhado como um novo conteúdo. As aulas em si estão mais complexas pela diversidade maior dos alunos, resultados das políticas de inclusão social e de expansão do ensino. (BOING, 2008, p. 107-108).

Quando pensamos em analisar os professores e seu trabalho, não podemos esquecer também de nossa inserção no contexto neoliberal. No Brasil, o governo concretizou a implantação do projeto de capitalismo globalizado modernizando o Estado brasileiro através de privatizações e com a abertura de mercados, enfim, criando o *Estado mínimo*. As políticas públicas educacionais implantadas são definidas pelo Banco Mundial não só para o Brasil, mas também para os países em desenvolvimento (FRIGOTTO, 1996; WARDE, 1996).

Torres (1996), analisando a proposta do Banco Mundial para Educação nos países em desenvolvimento, alerta para o fato de que se trata de um *pacote* proposto aos diferentes países que abrange um extenso conjunto de aspectos vinculados à educação, desde as macropolíticas até o cotidiano da sala de aula. A autora ressalta ainda que, alguns aspectos como materiais didáticos e recursos tecnológicos são privilegiados em detrimento de outros, como por exemplo, salários docentes.

Assim há indícios de que a crise da profissão docente tem no neoliberalismo uma de suas raízes mais fortes: os professores vivem uma situação de proletarização e enfrentam processos de precarização em seu trabalho.

Contreras (2002) faz uma análise bastante interessante a respeito dos professores que, segundo ele, além de viverem em um mundo desigual e injusto, estão submetidos a pressões, contradições das quais nem sempre é fácil se livrar ou que mal são captadas com lucidez. Segundo ele, cada vez mais são atribuídas funções aos professores. Isso faz com que eles tenham um aumento das responsabilidades e do sentimento de culpa, quando, na verdade, os problemas que enfrentam são complexos e de ordem social e institucional.

Oliveira (2010) coloca ainda que, nesse contexto,

[...] o professor, diante das variadas funções que a escola pública assume, tem de responder a exigências para os quais não se sente preparado. Muitas vezes os trabalhadores docentes são obrigados a desempenharem funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, entre outras. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade, da constatação de que ensinar às vezes não é o mais importante. (OLIVEIRA, 2010, p. 24).

Gimeno Sacristán (1998) nos alerta que a prática docente é condicionada pelo contexto. Nesse sentido, o professor decide suas ações no contexto de uma instituição que tem normas marcadas pela administração e pelas políticas públicas. Ainda segundo o autor, a profissão docente não é algo eminentemente pessoal e criativo, mas está sujeita às condições da realidade dadas ao professor.

Oliveira (2003) nos chama a atenção para a importância da realização de pesquisas que façam a intersecção entre trabalho docente e gestão escolar. Nesse sentido e tendo como pano de fundo o contexto acima colocado, o presente trabalho que faz parte de uma Tese de Doutorado, tem por objetivo investigar as repercussões que a baixa remuneração recebida pelos docentes traz ao cotidiano da sala de aula.

Metodologia

A construção do referencial teórico-metodológico implicou a interface de aspectos imbricados na literatura educacional: a política, a gestão educacional e o trabalho docente.

A entrevista em profundidade mostrou-se decisiva para a construção do objeto de pesquisa, pois ela permite uma aproximação mais direta com os professores e possibilita que se expressem livremente. Ouvindo o que os professores têm a falar sobre o seu próprio trabalho, é possível conhecer, analisar e interpretar aquilo que pensam e sentem (BIASOLI-ALVES; DIAS-DA-SILVA, 1992; ZAGO, 2003).

Com base na literatura, foi elaborado um roteiro de entrevista semi-estruturado permitindo a livre manifestação dos sujeitos. Assim, o roteiro incluía quatro temas básicos: o próprio trabalho, as reformas educacionais, as condições de trabalho e o professor como pessoa.

Três critérios impuseram-se: que cada professor tivesse mais de 15 anos de experiência, pois segundo Huberman (1995), o professor, nessa fase, coloca-se em questionamento; que os professores tivessem uma prática pedagógica apontada como comprometida e realizassem um trabalho referenciado pela própria comunidade escolar: alunos, direção, funcionários e outros funcionários e por último que o grupo de entrevistados incluísse diversificação na formação/área de atuação, tendo em vista as diferenças de *status* e lógicas de formação apontadas na literatura.

No total de dez professores de diferentes escolas foram entrevistados, sendo dois professores de cada componente curricular: Português, Matemática, História, Geografia e Ciências. Sem uma intenção *a priori*, o grupo de entrevistados incluiu cinco homens e cinco mulheres. As idades deles variaram de 40 a 48 anos e o tempo de experiência no magistério, de 15 a 25 anos. Todos têm jornada dupla de trabalho no magistério, são concursados e efetivos na rede estadual de ensino. Trabalham também em escolas particulares. Quatro deles dão aulas apenas no ensino fundamental, quatro apenas no ensino médio e dois professores trabalham no ensino fundamental e médio. Todos são considerados pela comunidade escolar bons professores e comprometidos com o próprio trabalho.

As entrevistas, que foram integralmente gravadas e transcritas, duraram de duas a três horas e foram muito tranquilas, com indícios de que partilhávamos a confiança desses professores (ZAGO, 2003). É preciso reconhecer que a flexibilidade no uso do roteiro e a adequação à fala dos entrevistados propiciou que a condução das entrevistas muitas vezes se tornasse próxima de uma conversa ou discussão, remetendo-nos a Zago: “[...] a entrevista expressa realidades, sentimentos e cumplicidades que um instrumento com respostas estandarizadas poderia ocultar, evidenciando a infundada neutralidade científica daquele que pesquisa” (ZAGO, 2003, p. 301).

A análise dos dados baseou-se na abordagem qualitativa de pesquisa. Biasoli-Alves e Dias-da-Silva (1992) contribuíram para o detalhamento metodológico do processo de análise de entrevistas.

A seguir, apresentamos alguns resultados dessa pesquisa, analisando-os e interpretando-os à luz de nossa reflexão teórico-metodológica.

Algumas análises: a voz dos professores

A análise traz resultados muito interessantes: por mais diferentes que sejam os sujeitos (gênero, formação, *background* cultural), o profissional professor está igualmente impactado pela baixa remuneração que recebe, sinalizando claramente a perda de poder aquisitivo a que a categoria está submetida no estado de São Paulo - o mais rico do país. Vejamos o que dizem os professores:

Há um problema na educação hoje muito sério que precisa ser corrigido: o professor não pode ser uma máquina de dar aula. E hoje ele tá sendo porque a quantidade de dinheiro que você troca pela sua aula é muito pequena. (Prof. M).

O principal no meu modo de entender é a desvalorização do professor com relação à questão salarial. Se o professor continuar ganhando o que ganha, não há reforma que resolva, não adianta! Se você faz um curso de Mestrado, tem 5% a mais no seu salário. 5% a mais para fazer Mestrado? Eu acho isso ridículo!!!! (Prof. E.).

O bônus ao invés de estimular o professor, irrita! Porque nós pensamos: puxa vida, o dinheiro existe. Por que não dá aumento salarial? (Prof. C.).

É comum ver professor com 50-60 aulas por semana. Ele tem 30 aulas no estado, mais 20 no município e mais tantas não sei onde. Isso é um absurdo!! (Prof. H.).

A gente vive um momento em que o preço das coisas sobe muito. Com o salário pequeno que a gente ganha, não tem condições! (Prof. R.).

Quem ganha mais bônus? Professor que não falta e a escola que tem menos retenção. Isso para mim é corrupção. A situação financeira que nossa categoria vive, colocar essas condições para ganhar o bônus, é o fim!!!! (Prof. L.).

Os depoimentos são bastante ilustrativos. Mostram que os professores duplicam ou até triplicam sua jornada de trabalho, ou seja, precisam trabalhar muito para conseguir sobreviver. Certamente, produzem muito mais do que recebem, confirmando Enguita (1991). Por outro lado, a implantação do bônus para melhorar a remuneração, causou indignação entre os professores. O raciocínio dos professores é bem simples, mas provocativo: se tem dinheiro para pagar o bônus por que não é transformado em aumento salarial? Há também a preocupação entre os professores com o fato desse bônus não ser incorporado ao salário, podendo ou não ser pago pela Secretaria Estadual de Educação. Além disso, vemos que o pagamento do bônus está atrelado ao cumprimento de determinadas metas tanto por parte da escola quanto por parte dos professores.

É possível perceber ainda que, por ganharem mal, têm uma jornada de trabalho muito pesada e, em algumas situações, uma vida pessoal e profissional cruel. Exemplo típico é o de uma professora de Matemática. Viúva, mãe de três filhos e responsável pelo sustento e manutenção da família, para formar o filho mais velho, precisou trabalhar em quatro lugares ao mesmo tempo: duas escolas, um curso pré-vestibular e na padaria do cunhado.

Para formar meu filho mais velho, eu tive que trabalhar em quatro lugares. Na 2ª feira eu saía da escola 10:50 e 11:30 eu entrava no cursinho. Eu dava aula até 12:30, saía voando, ia buscar minha filha na escola pra chegar na padaria 13:30. Na 3ª feira eu saía da particular 9:30 e 10 horas entrava na pública. Ou então saía 9:40 da pública e entrava às 10 na particular. Eu tinha vinte minutos e eu pensava: vou me matar no trânsito. Aí chegava no domingo, eu tinha que preparar aula, corrigir trabalhos, provas, um monte de coisas da escola particular e preparar a aula do cursinho. Eu trabalhava domingo das 8 da manhã às 8 da noite. Eu tava tão agitada no domingo à noite que eu não consegui dormir. Já começava a semana arreventada!! Isso é desumano, é desonesto. Qual era a qualidade? De vida, nenhuma. As minhas aulas? Claro que elas não eram o que podiam ser. É complicado trabalhar esse tanto de horas para sustentar uma família. (Profa. M. I.).

Analisando esses depoimentos é possível perceber evidências de intensificação no trabalho docente. E uma primeira repercussão negativa desse processo no cotidiano escolar é a *falta de tempo* dos professores para se dedicarem ao próprio trabalho. Porque ganham mal, precisam pegar muitas aulas e/ou ter mais de um emprego

para ganhar um salário um pouco melhor, um salário que permita a manutenção e o sustento da casa. Como consequência eles têm pouco tempo para estudar, pesquisar e planejar uma aula diferente. E os professores apontam essa situação:

Às vezes eu uso uma metodologia que eu vejo que é meio ultrapassada. Mas, falta tempo para preparar outro tipo de aula, montar uma coisa que fosse mais atrativa. (Prof. J.).

Uma coisa interessante que deveria ocorrer é o professor ganhar uma parte do tempo como se fosse aula, mas ele iria estudar, pesquisar e fazer reflexões com os outros professores, desenvolver projetos e trabalhos. (Prof. J. L.).

A condição que eu vou falar seria a ideal: professor tinha que cumprir 40 aulas, mas 20 em sala de aula e 20 fazendo trabalhos ali junto com os outros professores, preparando aulas interessantes. Mas não é assim... (Profa. M. I.).

O professor teria que dar uma aula mais interessante. Mas, com essa carga que o professor tem, preparar uma aula interessante todo dia, não dá. Pra cada hora de aula, você tem que ter três ou quatro de preparação para que seja interessante. O professor não tem condição e nem tempo para fazer isso. (Prof. M.).

Percebe-se com esses depoimentos que os professores têm uma preocupação em fazer um trabalho diferente, até mesmo demonstram vontade de realizar trabalhos interdisciplinares. Demonstram também sentimento de culpa, como afirma Contreras (2002), porque não conseguem *dar aulas mais interessantes*. Entretanto, eles não têm essa culpa. A falta de tempo é, na realidade, um problema contextual que extrapola os limites da sala de aula. A situação em que estão inseridos não lhes permite investir mais neles mesmos e no próprio trabalho. Fica claro que essa falta de tempo está atrelada à baixa remuneração a que estão submetidos.

Outra repercussão negativa dessa precariedade de tempo no cotidiano da sala de aula é o *comprometimento do planejamento e da organização do trabalho* – elementos centrais no trabalho docente. Os depoimentos dos professores indicam ainda que sua formação continuada fica prejudicada.

Acho que a falta de tempo é o principal problema porque não é só chegar e levar os alunos para a sala de informática. É preciso preparar antes. O que falta pra gente é esse tempo, tempo pra se aprimorar e estudar. (Profa. L.).

A maneira como eu ensinava lá atrás tem que ser revista. E pra isso a gente precisa de tempo! Você não tem muito tempo pra chegar em casa, deixar de lado as suas ocupações, para pesquisar, para procurar alguma coisa na Internet, estar vendo um outro livro, um outro material. E a gente precisa de mais tempo exatamente pra leitura, pra preparar um material diferente, pra ver e selecionar um vídeo. Não adianta você dizer: *ah, a escola tem vídeo, tem TV, a escola tem DVD!!!* Eu preciso preparar esse material. Eu não posso chegar, pôr o DVD e falar: assiste. Tem uns que até fazem e isso é duro. Se eu tiver tempo de ir lá, ver o filme, preparar, eu vou para a sala de vídeo. Mas se não dá tempo, sinto muito! (Prof. J. L.).

Acho importante o professor fazer cursos, ter oportunidade de estudar, de pesquisar. Se você não tiver esse tempo, se você não tiver esse *'timing'* para fazer uma reflexão sobre seu próprio trabalho, você não vai conseguir operar algumas mudanças que são muito necessárias. O grande problema é a falta de tempo para isso. Com essa quantidade de aula que temos, não é possível. (Prof. M.).

Eu acho importante o professor fazer cursos. Tem muita coisa que a gente poderia estar aprendendo, mas não dá tempo com tantas aulas durante a semana. (Profa. M.).

Chegaram muitos livros, paradidáticos, muita coisa interessante. Mas falta tempo. Muita coisa fica na prateleira sem usar por falta de tempo pra você poder se organizar. Não dá pra você pegar um material e pôr na mesa sem saber o que você vai fazer com ele. É irresponsabilidade! (Profa. M. I.).

O ponto que chama a atenção é que, mesmo as escolas estando mais equipadas (com computadores, internet, DVD, *software*, livros, etc.) o trabalho docente não se altera porque os docentes não dispõem de tempo para preparar uma aula diferente e mais interessante. Podemos perceber então que a falta de tempo traz repercussões negativas para o trabalho docente, atrapalha a aprendizagem dos professores porque impede o processo de formação continuada e o desenvolvimento docente. Conseqüentemente, é muito difícil a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem. A análise revela ainda que os professores têm consciência de que, ter tempo, é decisivo para sua própria formação e melhoria do trabalho que desenvolvem.

Merece destaque a análise das condições de trabalho partilhadas pelos professores de História e Geografia, submetidos ao acirramento da intensificação do trabalho gerado pela limitação de tempo e excesso de tarefas e atividades. Com apenas duas aulas semanais em cada ano/classe, esses professores, além de terem uma carga horária pesada, dispõem de pouco tempo para desenvolver seu trabalho de forma legítima e adequada.

Para ter uma jornada de trabalho com 30 aulas semanais numa escola estadual paulista, um professor de História ou de Geografia, precisa lecionar em 15 classes diferentes. Consequentemente, o número de alunos triplica e o trabalho torna-se muito desgastante. Imaginando que cada classe tenha 35 alunos um professor de História tem 525 alunos! O professor E de História exemplifica bem essa atuação,

Veja bem: eu tenho 10 classes, 400 alunos. Pra fazer a correção de uma avaliação, uma correção, demoro quanto tempo? Sei lá, 5 minutos? Tenho 400 alunos. São 2000 minutos pra fazer a correção de um trabalho... Mais de 30 horas para um trabalho que inclusive a gente não é pago. E se forem duas avaliações?? Você tá entendendo? É um número muito grande!! Não dá pra fazer aquele trabalho individualizado que diz a propaganda oficial. Não tem condição! É impossível! Pra você é tudo uma massa, salvo alguns que se destacam tanto positiva quanto negativamente. Mas a grande maioria fica um número a mais. Pra nós é muito difícil, é muito complicado (Prof. E.).

Sem entrarmos na discussão dos cinco minutos para a correção das avaliações, o professor E consegue dar um pouco a ideia do trabalho desgastante que têm os docentes de História e Geografia. Percebemos que ele não deixa de abordar o problema da remuneração. Os professores até ganham as horas-atividade, ou seja, são remunerados por esse trabalho extraclasse. Mas o tempo da hora-atividade é proporcional à jornada e não ao número de alunos e classes em que lecionam e nem ao tempo de trabalho efetivamente realizado fora da sala de aula.

Gatti e Barretto (2009) confirmam essa ideia. Segundo as autoras os professores brasileiros, em geral, são contratados para uma jornada de trabalho de 30 horas semanais. Porém, o número de horas trabalhadas, sempre é maior. Percebe-se assim, uma grande diferença entre a quantidade de tempo remunerada e a quantidade de tempo efetivamente trabalhada. De acordo com Alves e Pinto (2011), de maneira geral, os professores tem um rendimento médio abaixo daquele obtido por outros profissionais com nível de formação semelhante ao seu.

Podemos então questionar: se para professores efetivos e considerados comprometidos com o trabalho a situação é bastante complicada, já que não conseguem se dedicar a uma única escola porque têm que trabalhar em outros lugares para complementar o salário, como será a situação daqueles professores que não são efetivos na rede paulista de ensino? O fato de não poderem se dedicar a uma única escola, traz um grande prejuízo pedagógico na medida em que esse professor trabalha em várias escolas e, ao mesmo tempo, não pode se dedicar exclusivamente a nenhuma.

A professora M, perto de se aposentar, denuncia esse problema:

Tem muito professor do 6º. ao 9º. ano que vem e dá aula em uma classe, duas classes. Não que ele não esteja comprometido, mas pelo fato de percorrer várias escolas, cada uma de um jeito, ele não é de nenhuma. Quando o professor passa por muitas escolas, quando tem uma aulinha aqui e outra ali, não dá para você ficar por dentro de tudo e saber quem é quem. Há um comprometimento do trabalho realizado. (Profa. M.).

Além desse grave problema pedagógico, há também o transtorno pessoal com o deslocamento entre as escolas que, conseqüentemente, leva ao prejuízo financeiro. As tarefas realizadas para além do ensino, são feitas nas casas dos professores e, assim, ocupam o tempo destinado à família, ao lazer, ao descanso e a própria formação. Duarte et al (2008) colocam que também fora da escola, os professores realizam tarefas concretas relacionadas à docência.

Nesse sentido, parece claro que pensar em qualidade de ensino significa melhorar a remuneração dos professores. Segundo Barbosa (2011), as repercussões do baixo poder aquisitivo repercutem até mesmo na profissão docente, que não atrai as novas gerações para a carreira e não retém os bons profissionais na rede pública. Os professores entrevistados têm igualmente essa percepção. Vejamos alguns depoimentos:

Tá faltando ética entre os que estão chegando. É um negócio muito sério. Eles falam errado e não têm compromisso. (Profa. M.).

A gente tem visto, entre os novos professores, um querendo atropelar o outro. Eu nunca imaginei que aluno observasse tanto as coisas que nós falamos. Outro dia, um menino extremamente crítico do 3º. ano do Ensino Médio me disse:

a senhora, mesmo sendo professora de Matemática tem um vocabulário vasto, mas a maioria dos outros professores tem um Português horrível. Para o aluno estar falando um negócio desses você imagina a situação? (Profa. M. I.).

Muitos professores jovens que estão chegando, na ânsia de ser simpático e agradável, deixam de lado muitas coisas importantes. (Profa. L.).

Esses depoimentos ilustram a percepção arguta dos professores entrevistados. Por estarem há mais tempo no magistério paulista, percebem a presença de jovens professores descomprometidos e mal formados. Muito provavelmente, as condições de trabalho e a baixa remuneração têm atraído jovens apenas com perfil.

Gatti e Barretto (2009) confirmam essa ideia. Apontam que os elementos que contribuem para que a baixa atratividade exista na profissão docente são

[...] salários pouco atraentes e planos de carreira estruturados de modo a não oferecer horizontes claros, promissores e recompensadores no exercício da docência interferem nas escolhas profissionais dos jovens e na representação e valorização social da profissão de professor. (GATTI; BARRETTO, p. 256).

Sobre a baixa atratividade da docência, Barbosa (2011) coloca que é consenso nas pesquisas e estudos realizados a dificuldade de se trazer bons alunos para o magistério por causa do pagamento de baixos salários. Para a autora os baixos salários pagos aos professores, além de não atraírem os jovens para a docência, levam também ao abandono da profissão. Segundo a autora,

[...] além dos baixos salários contribuírem para não atrair profissionais mais qualificados para a docência, há a dificuldade para reter aqueles que optam por esse caminho. Muitos trabalhadores docentes não permanecem na carreira, abandonando a profissão por outras carreira que sejam melhor remunerados e valorizados, ou ainda deixam a sala de aula para atuar em outros cargos do sistema de ensino, como a coordenação pedagógica, a direção e a supervisão escolar, também melhor remunerados que a docência e, normalmente, com maior reconhecimento e valorização salarial. (BARBOSA, 2011, p. 152).

Considerações finais

Como aponta Dias-da-Silva (2003) não existem questões meramente didáticas ou meramente administrativas. Como foi apontado pela análise dos dados um problema aparentemente administrativo – a baixa remuneração docente – tem reflexos negativos no dia a dia da sala de aula, na escola e também na profissão docente. Neste caso, evidencia-se o exemplo de ligação inegável entre a pesada jornada de trabalho e a falta de tempo para os professores aprimorarem seu processo de formação profissional. Deparamo-nos aí com um dos sinais mais fortes da intensificação do trabalho docente (APPLE, 1995).

A análise dos dados aponta ainda repercussões negativas tanto no trabalho que realizam quanto em sua pessoa e na escola. Essas repercussões parecem ser maiores no trabalho que realizam cotidianamente, colocando-os diante de contradições profundas, como por exemplo, sentir a necessidade de dar uma aula mais interessante e a falta de tempo para planejar e concretizar isso.

Gatti, Barretto e André (2011) analisando as novas exigências ao trabalho docente, colocam que os professores, na atualidade, trabalham em uma *situação tensional*. Segundo as autoras

[...] o cenário no qual os professores atuam e o foco de suas formas de atuação têm demandado complexidade crescente. A essa ‘complexificação’ da condição docente aliam-se a precarização de suas condições de trabalho no contexto comparativo do exercício de outras profissões e as dificuldades de manter condições favoráveis para a autoestima e, em representação, criar estima social. (GATTI; BARRETTO; ANDRÉ, 2011, p. 26, grifo das autoras).

Os professores têm condições de trabalho adversas, apesar de serem todos efetivos e experientes. Um primeiro aspecto a ser ressaltado é a jornada de trabalho exaustiva tanto para os homens quanto para as mulheres: ambos trabalham muito para poder sobreviver, explicitando claramente os indícios da intensificação do trabalho.

Se pensarmos que todos esses professores têm mais de 15 anos de experiência, podemos supor que o impacto que sofreram pode ter sido maior que o dos professores com menos tempo de experiência. Viveram em outra época e experimentaram outra realidade. Talvez por isso consigam fazer as análises que fazem. Não analisam seu trabalho apenas dentro dos limites da sala de aula, mas consideram o contexto social mais amplo.

A baixa remuneração produz nos professores uma insatisfação generalizada, mas esta não se traduz em uma vontade de abandonar a profissão, uma forma simplista de enfrentar definitivamente os problemas e dificuldades. Há um desejo de continuar, porque, apesar de tudo, gostam do trabalho que realizam e acreditam nele. Para isso não são poucos os desafios. Como ressalta Oliveira (2003):

São muitas as novas exigências que esses profissionais se veem compelidos a responder. Sendo apresentadas sob o manto da novidade, essas exigências são tomadas como um imperativo por esses trabalhadores. Como se não pudesse haver voz dissonante, acabam por submeter-se a um discurso sobre a prática que se confunde com a própria prática, num mimetismo, numa falsa pragmática. (OLIVEIRA, 2003, p. 34).

Parece claro que esses novos padrões de organização do trabalho escolar e as novas exigências feitas aos profissionais do ensino são seus grandes desafios hoje. As análises sobre o trabalho docente são cada vez mais difíceis de serem realizadas e o âmbito de compreensão dele se amplia. Nesse sentido, este trabalho traz implicações para as políticas educacionais: as medidas colocadas em prática terão mais chance de darem certo a partir do momento que considerarem os professores, seus salários e condições de trabalho como elementos fundamentais para o sucesso escolar e a melhoria da qualidade do ensino.

Porém, ainda que exista a crítica, a indignação e a reação, não existe uma mobilização que se concretize em um lutar contra. Ou seja, apesar dos professores se sentirem sujeitos do próprio trabalho e ficarem indignados por ganharem mal, eles não se mobilizam para tentar alterar essa situação. Percebe-se falta de engajamento e uma desmobilização entre os professores. Assim, podemos perguntar: como recuperar esse engajamento? Como esse sentimento de indignação pode transformar-se em mobilização?

É possível perceber certa resignação, certo conformismo com a situação salarial. Chama-nos muito a atenção o conformismo demonstrado por esse grupo de entrevistados. Por que isto estaria ocorrendo? Será que pensam/sentem que este problema não tem solução? Essas são questões que precisam ser investigadas.

É possível que estejamos diante de uma das mais perversas consequências do modelo político econômico vigente: a capacidade de ele minar a mobilização de grupos, de acabar com o sentimento de revolta e com a indignação dos indivíduos. Por outro lado, é possível perceber que o salário baixo não interfere no compromisso assumido: continuam trabalhando, procuram desempenhar bem seu papel independentemente daquilo que ganham.

Será que por terem mais de um emprego se acostumaram com o salário baixo da escola pública? É possível então que a ausência de indignação com os baixos salários esteja relacionada a isso: resignados com a situação, optam pelo segundo emprego! Trabalhando na escola pública e na particular, os professores têm que dividir seu tempo entre as duas.

Em relação ao salário, a perda de poder aquisitivo é um aspecto decisivo para melhor compreensão dos professores porque tem repercussões diretas no trabalho que desempenham. E uma questão decisiva surge: como conseguem conciliar tantas aulas e horários?

Quando se pensa nessa questão se pensa em profissionalidade. O discurso em defesa da profissionalização é oposto às reais condições de trabalho a que estão submetidos os professores. Aqueles que pensam e propõem as políticas educacionais parecem esquecer ou desconsiderar que um bom salário para os professores é aspecto decisivo para a melhoria das condições de trabalho e, conseqüentemente, melhoria da qualidade do ensino público no nosso país.

Hypólito et al. (2009) ao discutirem o impacto dos processos de reestruturação educacional proposto pelas políticas neoliberais, colocam que elas têm intensificado o trabalho dos professores. Segundo os autores

[...] fica claro que a ação conservadora deste modelo tem no trabalho docente, mais particularmente no processo de trabalho docente, uma de suas centralidades. Embora o discurso da profissionalização seja central nas proposições neoliberais – que incluem noções de autonomia – as medidas sugeridas tendem a reforçar processos desqualificadores e desprofissionalizantes, como a vasta literatura sobre o trabalho docente tem demonstrado. (HYPÓLITO, et al., 2009, p. 107-108).

Investigar e analisar o trabalho docente implica levar em consideração estes aspectos, ter clareza de que fatores extra-escolares, relacionados aos contextos sócio-político-econômico interferem decisivamente no dia-a-dia das escolas e dos professores. Nesse sentido, não é possível analisar o trabalho docente e a qualidade do ensino se desconsiderarmos tal contexto.

Há inúmeras questões a serem respondidas e analisadas em profundidade. Assim, novas pesquisas e estudos se fazem necessários para que possamos compreender melhor o trabalho que os professores realizam, apreender suas contradições e entender a trama de relações que os envolve. A pesquisa é, sem dúvida, um meio de chegarmos a algumas respostas que poderão servir de base para a construção de uma escola de qualidade para todo cidadão brasileiro.

Referências

- ALVES, T.; PINTO, J. M. R. Remuneração e características do trabalho docente no Brasil: um aporte. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 143, maio/agos. 2011.
- APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos**: economia política das relações de classe e de gênero na educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 218p.
- BARBOSA, A. **Os salários dos professores brasileiros**: implicações para o trabalho docente. 2011 208 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.
- BIASOLI ALVES, Z. M. M.; DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n. 2, p. 61-69, 1992.
- BOING, L. A. **Os sentidos do trabalho de professores itinerantes**. 2008. 174 f. Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica. Rio de Janeiro, 2008.
- CONTRERAS, J. D. **A autonomia de professores**. São Paulo: Cortez, 2002. 296p.
- CUNHA, M. I. Profissionalização docente: contradições e perspectivas. In: VEIGA, I. P. A.; CUNHA, M. I. (Org.). **Desmistificando a profissão do magistério**. Campinas: Papirus, 1999. p. 127-147.
- DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. Projeto pedagógico e escola de periferia: viabilizar um sonho ou viver um pesadelo. In: MARIN, A. J.; SILVA, A. M. M.; SOUZA, M. I. M. (Org.). **Situações Didáticas**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2003. p. 119-143.
- DUARTE, A. M. C. et. al. Envolvimento docente na interpretação do seu trabalho: uma estratégia metodológica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 133, p. 221-236, jan./abr. 2008.
- ENGUITA, M. F. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. Revista **Teoria & Educação**, Porto Alegre n. 4, 1991.
- ESTEVE, J. M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, A. (Org.). **Profissão Professor**. Porto: Porto Ed., 1995. p. 93-124.
- FRIGOTTO, G. A formação e profissionalização do educador frente aos novos desafios. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 8, 1996, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENDIPE, v. 2. p. 389-406.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília, DF: UNESCO, 2011. 300 p.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses de desafios**. Brasília, DF: UNESCO, 2009.

HYPÓLITO, A. M. Trabalho docente e profissionalização: sonho prometido ou sonho negado? In: VEIGA, I. P. A.; CUNHA, M. I. (Org.). **Desmistificando a profissionalização do magistério**. Campinas: Papirus, 1999. p. 81-100.

HYPÓLITO, A. M. et. al Reestruturação curricular e auto-intensificação do trabalho docente. **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 2, p 100-112, jul./dez. 2009.

HUBERMAN, M. O ciclo de vida profissional dos professores. In: NÓVOA, A. **Vidas de professores**. Porto: Porto Ed., 1995.

LOURENCETTI, G. C.; DIAS-DA-SILVA, M. H. G. F. A necessidade de tempo coletivo para pensar o trabalho docente e a rotatividade dos professores. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 9, 1998, Águas de Lindóia. **Anais...** ENDIPE, v. 2, p. 549-550.

MAZITELLI, F. Exame da Fuvest está menos concorrido. **Jornal O Estado de São Paulo**, São Paulo, p. A 20, 17 nov. 2009.

NÓVOA, A. (ed.) **Profissão Professor**. Porto: Porto Ed., 1995. 192 p.

OLIVEIRA, D. A. As reformas educacionais e suas repercussões sobre o trabalho docente. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Reformas educacionais na América Latina e os trabalhadores docentes**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 13-35.

_____. D. A. Os trabalhadores da educação e a construção política da profissão docente no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, número especial, p. 17-35, 2010.

PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PEREIRA, J. E. D. Formação de professores, trabalho docente e suas repercussões na escola e na sala de aula. **Educação & Linguagem**, São Bernardo do Campo, ano 10, n. 15, p. 82-98, jan./jun. 2007.

TAKAHASHI, F. **Alckmin chama professores reprovados para dar aulas**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/27708-alkmin-chama-professores-reprovados-para-dar-aulas.shtml>>. Acesso em: 26 fev. 2012.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: DE TOMASI, L.; WARDE, M. J.; HADDAD, S. (Org.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996. p. 125-93.

WARDE, M. J. Formação docente e seita dos economistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 8, 1996. Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: ENDIPE, 1996, v. 2, p. 7-16.

ZAGO, N. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ZAGO, N.; CARVALHO, M. P.; VILELA, R. A. T. (Org.). **Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em Sociologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 287-309.

Recebimento em: 17/04/2012.

Aceite em: 14/12/2012.